



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE FEVEREIRO DE 1999

Senhor Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara; Senhor Ministro José Serra; Senhor Deputado Eduardo Jorge, autor do projeto; Senhores Deputados e Senadores que se empenharam na aprovação desse projeto, Senhores Secretários de Saúde; Autoridades de saúde aqui presentes; Senhoras e Senhores,

O Ministro Serra já disse, de forma direta, a importância da aprovação desse projeto e da sanção que ora tenho a alegria de fazer. Creio que, se a memória não me falha, esse projeto começou em 1991 – é isso, deputado Eduardo Jorge? Portanto, foram oito anos, para que se chegasse a esse resultado, o que mostra como é necessário haver uma persistência nos propósitos, quando se quer mudar alguma coisa.

Mas compensou. Não quero entrar em detalhes, mas participei de muitas discussões sobre a questão dos genéricos, não só agora como em governos passados. Sei da imensa dificuldade que havia em se chegar a uma legislação que fosse, ao mesmo tempo, adequada para preservar o interesse da população e da saúde pública e que permitisse, também, a existência de produtores que não se sentissem total-

mente constrangidos a esconder suas marcas, mesmo que fossem – como algumas são – de fantasia.

Creio que se chegou a um entendimento razoável. O Ministro José Serra mostrou ainda os passos a serem dados, que não são poucos, para que possamos, efetivamente, sentir os efeitos positivos dessa medida legal. De qualquer maneira, Senhor Presidente da Câmara, me parece que foi muito positivo o que aconteceu no Congresso, que teve a capacidade de chegar a uma lei que permitiu a sua sanção.

Além do mais, queria reforçar as palavras do Ministro Serra, no que concerne ao empenho no estímulo a que a própria sociedade e o governo evitem os abusos que ocorrem, sobretudo na área de saúde pública, que são escandalosos. O Ministro alinhou uma série de providências que vêm sendo tomadas para que nós possamos, efetivamente, atender melhor à população, atender melhor ao consumidor. Para quem é afeito, como a maioria dos aqui presentes, à coisa pública, não é difícil avaliar a imensa resistência que há às transformações, à mudança.

Mudança não se consegue com discurso, apenas. O discurso é a parte mais fácil da mudança. Mudança se consegue no dia-a-dia. O Ministro José Serra mostrou um conjunto de atividades recentes na direção da mudança.

Faz algum tempo que venho insistindo em que a Saúde teria que encontrar um trilha. Ela encontrou um trilha. Isso não é trabalho só do Ministro José Serra, nem só dos que o antecederam imediatamente. Esses processos são mais longos. Mas é indiscutível que a presença do Ministro José Serra nesse Ministério deu à Saúde um grau de coerência e de energia para resolver as questões, o que era essencial para que essas questões pudessem ser, realmente, enfrentadas de forma positiva, do ponto de vista da população, do ponto de vista do consumidor.

Nós encontramos o caminho. Esse caminho vai ser difícil de ser palmilhado, mas será palmilhado. E, nesse caminho, mais ainda agora, com as dificuldades da área financeira, vamos encontrar obstáculos. O Ministro José Serra mencionou alguns. O principal é a falta de responsabilidade social, que ele colocou em termos éticos. E é verdade. Se há uma área em que fica escandaloso o trabalho daqueles que não têm essa responsabilidade, é a área da Saúde. As máfias que existiram – algumas

talvez existam, ainda – na manipulação de preços, na imposição de remédios, na falsificação, na falta de vigilância sanitária, requerem uma ação muito enérgica, porque têm a ver com a base moral de apoio à sociedade e ao governo.

Sem que exista, realmente, uma ação firme, nessa direção, a população se sentirá desamparada. Na medida em que exista, como existe, uma ação firme, a própria população passa a participar dessa ação, o que é essencial. Uma sociedade como a nossa, segmentada, imensa, aberta, democrática, diferenciada, desigual, não pode enfrentar seus problemas, senão com a mobilização do conjunto da sociedade.

O Ministro José Serra deu alguns exemplos, aqui, diretamente ligados à Saúde, e que são válidos para outros setores, também. E disse, ainda, aquilo que é essencial: o Governo não pensa em passos atrás. Não vamos voltar a uma época em que se imaginava que, com um decreto presidencial ou uma portaria ministerial, as coisas acontecessem, de forma adequada, porque não é verdadeiro.

Não basta tomar uma decisão de controle de preços. Numa sociedade como a nossa, isso redundaria em efeito negativo. Redundaria, efetivamente, em mercado negro. Redundaria em falsificação de informações. Redundaria em desabastecimento. Não é por aí. Mas, também, não se pode imaginar que o Governo deva estar, simplesmente, de braços cruzados, assistindo aos abusos. E, aí, é preciso que haja uma ação enérgica e coordenada.

Se, na Saúde, isso é gritante, isso é verdadeiro para todos os setores de atividade. Na medida em que o Brasil se está transformando e está, digamos, mais apto a responder, em termos das suas instituições públicas, aos reclamos da sociedade, a própria burocracia pública, o próprio modo de o Governo se organizar, de atuar com a sociedade, tem de mudar. Não é diferente o que ocorre com a Saúde, desse ponto de vista, daquilo que ocorre no sistema de energia elétrica, por exemplo. Onde há a privatização, há de se seguir, como se seguiu, um sistema de responsabilidade pública controlada através de um órgão específico, no caso a Aneel. No caso da telefonia, é a mesma coisa. No caso do petróleo, é a mesma coisa. No caso da saúde, é a mesma coisa: a Agência de Vigilância Sanitária.

É preciso que se criem instituições mais aptas, não havendo um regime, como não deve haver, de economia controlada por via burocrática, para que haja um regime de responsabilidade pública e um instrumento público também, para que essa responsabilidade possa ser exercida com legitimidade e com o poder necessário para coibir os abusos.

Dentro de poucos dias, faremos algo semelhante na agricultura, onde também há abusos na questão da vigilância fitossanitária. Ali também há desmandos e será necessária a existência de órgãos como a Agência de Controle Sanitário, para que nós possamos, digamos, ter mais agilidade no controle dessas distorções que existem no nosso sistema de funcionamento democrático e de mercado.

O funcionamento tem que ser, ao mesmo tempo, de mercado e democrático. Portanto, tem que atender ao interesse da população. E é preciso criar esses mecanismos de contrapeso aos abusos que podem existir e que existem, quando largados a eles próprios.

Quero terminar colocando, novamente, ênfase naquilo que o Ministro mencionou aqui e que é absolutamente correto: em um país como o nosso, em que o sistema de funcionamento da economia é livre e onde não existe indexação de preços, não há nenhuma razão para que o aumento de um preço afete senão aqueles preços diretamente relacionados, em termos de insumo, com o preço que foi afetado. Se se muda o preço do câmbio, isso certamente vai afetar alguns produtos, mas não se pode imaginar que afete a cadeia produtiva inteira, porque não é verdadeiro. Aí, é abuso.

Se eu quisesse ter um raciocínio simplista, porque as coisas são mais complicadas do que vou dizer, lembraria que o Brasil importa cerca de 8% do seu PIB. Se imaginarmos que esse PIB é de 800 bilhões, seriam 64 bilhões de dólares, um pouco menos – 8% de importação. Os preços afetados pelo câmbio correspondem diretamente a esses preços, porque mesmo os insumos já estão computados aí. O insumo sobe nesta proporção e não no conjunto dos preços.

É razoável que se imagine que os preços afetados pelo preço do câmbio tenham também uma alteração. Mas não é razoável que se faça a cadeia de alterações. E não é razoável, portanto, que se propague,

inflacionariamente, o aumento. E isso a sociedade tem que entender, para que nós possamos, juntos, combater os abusos. É preciso que se explique isso cada vez mais. Não há nenhuma relação entre o aumento do preço de um insumo e o aumento do produto global, porque é apenas uma parte que entra nesse produto. E há produtos que não têm nada a ver com as importações. Portanto, não são afetados diretamente pela mudança de um preço, que é o preço da moeda.

Isso é simples de ser entendido e difícil de ser, digamos, depois, controlado. Mas é preciso que a gente entenda, cada vez mais, por que não se justifica uma cadeia de aumentos incessantes.

É claro que há outros fenômenos que aí intervêm, entre os quais as famosas expectativas, posto que a economia moderna virou psicologia de massas. Mas exatamente para evitar que as expectativas se formem equivocadamente é preciso que se esclareça, cada vez mais, a base real sobre a qual elas se formam, para que não haja abusos também na formação de expectativas.

Cabe, portanto, ao Governo, como disse o Ministro Serra, através dos órgãos competentes, agir, atuar de forma bastante direta. E cabe, inclusive, como em qualquer sociedade mais organizada, fazer com que os órgãos competentes, como é a Secretaria de Direito Econômico, por exemplo, e outros instrumentos de acompanhamento de preços, dêem o alerta para que não haja nem a cartelização, nem a imposição de preços em cadeia.

E tudo isso há de ser feito com clareza, para que não se venha com outro argumento, de que “o Governo, agora, vai controlar preços e, portanto, vamos, antecipadamente, aumentá-los”. Esse é o mecanismo psicológico errado, falso, desonesto que está ao redor dessa idéia de que tem que se prevenir. E, certamente, disso só aproveitam aqueles que não têm ética, não têm responsabilidade social e que ilaqueiam a boa-fé do povo.

Como nós estamos na semana anterior ao carnaval, é uma época fértil para mentir ao povo. Mas também é época necessária para que se diga a verdade: não vai acontecer nada de diferente no carnaval, a não ser o que sempre aconteceu nos nossos carnavais: aqueles que podem se dar ao luxo de bailar, bailam. Outros, que não podemos, não bailamos.

Mas, de qualquer maneira, é preciso, de antemão, explicar que não há nenhuma razão para inquietar a população, a respeito de quaisquer medidas que o Governo, eventualmente, vá tomar, porque não vai tomar nenhuma medida que possa afetar quem quer que seja, na direção em que os especuladores gostam.

Perdoem-me ter, também eu, abusado da deixa, a respeito dos genéricos, para falar de outras generalidades.

Mas termino congratulando-me, mais uma vez, com todos aqueles que se esforçaram para que fosse possível se fazer mais um controle, em favor da economia popular.

Muitíssimo obrigado.